



PARECER ÚNICO - SUPRAMNOR

PROTOCOLO Nº 0969154/2012

Indexado ao(s) Processo(s)

Licenciamento Ambiental Nº 90028/2003/001/2003	LOC	Indeferida
Outorga Nº.	-	-
APEF Nº.	-	-
Reserva legal Nº.	-	-
Empreendimento: Fazenda HJ – Artur José Hofig Junior		
CNPJ: 032.340.298-49	Município: Unaí/MG	
Unidade de Conservação: Não está localizada em unidade de conservação		
Bacia Hidrográfica: Rio Paranaíba		Sub Bacia: Rio São Marcos
Atividades objeto do licenciamento:		
Código DN 74/04	Descrição	Classe
G-01-03-1	Culturas Anuais	5
G-05-01-0	Projeto Agropecuário Irrigado	3
G-05-02-9	Barragem de Irrigação	3
G-04-01-4	Beneficiamento Primário de Produtos Agrícolas	1
Empresa responsável pela consultoria: Agro-Ambiental Assessoria		
Responsável Técnico pelos Estudos Técnicos Apresentados: Rildo Esteves de Souza Enrique Gual Amiguet Junior Saulo Martins		Registro de classe CREA-MG: 60347/D CREA-MG:66284/D CREA-DF:4229/D
Relatório de vistoria/auto de fiscalização: 052/2008		DATA: 07/04/2008

1. HISTÓRICO DESCRITIVO

O empreendedor Arthur José Hofig Junior requereu Licença de Operação Corretiva para as atividades de Culturas Anuais, Projeto Agropecuário Irrigado, barragem de irrigação e Beneficiamento Primário de Produtos Agrícolas para a Fazenda HJ localizada no município de Unaí, MG, através do preenchimento do FCE e conseqüente obtenção do FOBI em 16/08/2002.

A Unidade Regional Colegiada – URC – COPAM Noroeste de Minas, por ocasião de sua 58ª Reunião Ordinária, realizada em 25/09/2012, indeferiu o referido pedido de licença, em função do indeferimento do Processo de Outorga nº 255/2008, tendo sido apresentado recurso contra tal decisão em 29/10/12, oportunidade em que foi alegado o seguinte:

→ O pedido de licença em questão foi indeferido por suposto indeferimento da outorga de uso de recurso hídrico. No entanto, compulsando-se aos autos, verifica-se que a única informação acerca do tema singe-se, exclusivamente, ao documento de f. 492, que, diversamente do que relatado na decisão administrativa, relata que aos 30 de abril de 2008 o IGAM enviou à SUPRAM o processo de outorga d'água em razão da declaração de área de conflito;

SUPRAM NOR

Rua Jovino Rodrigues Santana, nº 10
Bairro Nova Divinéia, Unaí/MG
CEP 38.610-000 – Tel: (38) 3677-9800

DATA: 06/12/2012
Página: 1/5



→ O recorrente colaborou com todos os procedimentos necessários à obtenção da outorga, bem como enviou toda a documentação solicitada. Tanto é assim que o mesmo possui diversas outras outorgas d'água;

→ O art. 11, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 44.844/2008, prevê a dilação de prazos do procedimento de licenciamento, bem como sua suspensão para esclarecimentos necessários. Assim, deveria ter sido dado prazo ao recorrente para a regularização de sua outorga, motivo pelo qual foi solicitado que seja:

“suspensa este processo administrativo com a concessão de prazo razoável para que seja obtida a licença de outorga d'água indispensável” (f. 485 - sem destaques no original).

2. ANÁLISE

Os argumentos apresentados no recurso são desprovidos de quaisquer fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de descaracterizarem a decisão da URC COPAM Noroeste de Minas que indeferiu o pedido de licença em questão.

Não obstante tais fatos, consideramos oportuno tecer as seguintes considerações:

Ao compulsar os autos é evidente que há equívoco por parte do recorrente, uma vez que às folhas 492 inexistente a documentação mencionada pelo mesmo em seu recurso, mas sim uma Certidão de Óbito juntada pelo próprio recorrente.

Acreditamos que a documentação a que o mesmo pretendia se referir, datada de 30/04/2008, é a que se encontra à f. 469 dos autos, que se trata do MEMORANDO/SUPRAMNOR/Nº 103/2008, que, ao contrário do entendimento do recorrente, refere-se ao encaminhamento dos processos de outorgas nº 255/2008, 256/2008, 257/2008, 258/2008, 259/2008 e 260/2008 da SUPRAMNOR para o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, por se tratar de processos referentes a área de conflito hídrico, conforme declaração DAC/IGAM nº 017/2007.

Ademais, não se cinge exclusivamente a tal documento a informação sobre o indeferimento de tal outorga, afinal, além de o mesmo ter sido tratado no Parecer Técnico do Processo de Outorga nº 255/2008, o indeferimento foi também exaustivamente tratado no Parecer Único que subsidiou o indeferimento do pedido de licenciamento pela URC COPAM Noroeste de Minas, além de tornado público por meio da publicação no Diário Oficial de Minas Gerais realizada em 07/10/2009, o que tornam ineficazes as pretensões do recorrente.

Naquela época, caso o empreendedor tivesse se sentido prejudicado com o indeferimento de seu pedido de outorga, o mesmo deveria ter se utilizado dos meios legais cabíveis para tentar modificar a decisão que indeferiu seu pedido, utilizando-se, para tanto, dos procedimentos administrativos estabelecidos na Portaria IGAM nº 017/2006, que estabelecia o prazo de 20 dias para apresentação de eventual pedido de reconsideração ao Diretor-Geral do IGAM. Senão vejamos:

SUPRAM NOR

Rua Jovino Rodrigues Santana, nº 10
Bairro Nova Divinéia, Unaí/MG
CEP 38.610-000 – Tel: (38) 3677-9800

DATA: 06/12/2012
Página: 2/5



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA

Superintendência Regional de Regularização Ambiental Noroeste de Minas – SUPRAM NOR

Processo: 90028/2003/001/2003
Documento: 969154/2012



Pag.: 506

“Art. 1º – Os pedidos de reconsideração de indeferimento de outorga de direito de uso de recursos hídricos deverão ser dirigidos ao Diretor Geral, no prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação do ato correspondente.”

Ainda assim, caso o pedido de reconsideração apresentado não fosse acatado, existia a possibilidade de apresentação de recurso próprio, que poderia ser dirigido ao Presidente do CERH, também no prazo de 20 dias, conforme previsto no apresentado, no prazo legalmente previsto no art. 2º, da aludida Portaria IGAM nº 017/2006.

“Art. 2º - Da decisão que não acolher ou indeferir o pedido de reconsideração a que se refere o artigo anterior caberá recurso para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG, dirigido ao seu Presidente, no prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação da decisão recorrida.”

No entanto, tais providências sequer foram adotadas pelo empreendedor.

Tais procedimentos continuam vigentes por meio da Portaria IGAM nº 49/2010, que dispõe sobre os procedimentos de reconsideração e recursos administrativos atinentes aos processos de outorga de direito de uso de recursos hídricos a cargo do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – e revogou expressamente a sobredita Portaria IGAM nº 017/2006. Senão vejamos:

“Art. 18. Os pedidos de reconsideração deverão ser dirigidos à autoridade que indeferiu o pedido de outorga de uso de recursos hídricos no prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação do ato de indeferimento no Diário Oficial do Estado.

[...]

Art. 19. Da decisão que indeferir ou não conhecer o pedido de reconsideração a que se refere o artigo anterior caberá recurso para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-MG, dirigido ao seu Presidente, no prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação da decisão.”

Assim, certo é que, desde 07/10/2009, data de publicação do indeferimento do pedido de outorga analisado no bojo do Processo de Outorga nº 255/2008, até 29/10/2012, data do protocolo do recurso em análise, transcorrem mais de 03 (três) anos sem que o empreendedor se preocupasse em regularizar a captação de água necessária ao desenvolvimento das atividades de irrigação de seu empreendimento.

Sequer novo processo de outorga foi iniciado para tal finalidade.

No tocante à alegação de que o recorrente colaborou com o órgão ambiental para a obtenção das demais outorgas do empreendimento, enviando toda a documentação solicitada, informamos que tal assertiva em nada altera o motivo pelo qual a outorga em questão foi indeferida, qual seja, por se tratar de área declarada de conflito, conforme DAC/IGAM 017/2007.

SUPRAM NOR

Rua Jovino Rodrigues Santana, nº 10
Bairro Nova Divinéia, Unaí/MG
CEP 38.610-000 – Tel: (38) 3677-9800

DATA: 06/12/2012
Página: 3/5



Com relação ao pedido de dilação de prazos previstos no art. 11, § 1º e 2º, do Decreto nº 44.844/2008, formulado pelo recorrente, informamos que o processo de licenciamento ambiental em questão ficou paralisado por prazo bastante superior ao preceituado na mencionada norma, vez que, para a conclusão da análise do mesmo, foi necessário aguardar a conclusão da análise dos processos de outorga pelo IGAM (Processos nº 255/2008, 256/2008, 257/2008, 258/2008, 259/2008 e 260/2008).

Tais processos foram formalizados em 11/01/2008, encaminhados para análise junto ao IGAM pela SUPRAM NOR em 30/04/2008 e as respectivas decisões foram proferidas da seguinte forma:

- Processo nº 255/2008: Indeferida por indisponibilidade hídrica em 07/10/2009;
- Processo nº 256/2008: Concedida em 21/05/2010;
- Processo nº 257/2008: Concedida em 14/07/2010;
- Processo nº 258/2008: Concedida em 14/03/2012;
- Processo nº 259/2008: Concedida em 14/03/2012;
- Processo nº 260/2008: Concedida em 14/03/2012.

Conforme exposto, a análise do processo de licenciamento ora questionado foi retomada pela equipe interdisciplinar da SUPRAM NOR somente após a conclusão da análise de todos os processos de outorgas do empreendimento.

Por tal motivo, não há que se falar em nova suspensão do processo de licenciamento ambiental para apresentação de esclarecimentos ou apresentação de novo pedido de regularização da outorga do empreendimento, afinal, conforme exposto acima, o recorrente teve prazo de mais de 03 (três) anos para buscar tal regularização e não adotou qualquer medida para tanto.

Assim, a decisão tomada na 58ª Reunião Ordinária da URC COPAM Noroeste de Minas foi efetuada de forma regular e dentro dos ditames legais, uma vez que a outorga em questão é imprescindível para a continuidade das atividades desenvolvidas no empreendimento.

3. CONCLUSÃO

A equipe interdisciplinar de análise deste processo, do ponto de vista técnico e jurídico, opina pela manutenção da decisão da URC COPAM Noroeste de Minas que INDEFERIU o pedido de Licença de Operação Corretiva do empreendimento Fazenda HJ, pertencente a Arthur José Hofig Junior, uma vez que as atividades contempladas no mesmo dependem diretamente da captação de água cuja outorga foi indeferida por indisponibilidade hídrica pelo IGAM em 07/10/2009, ouvida a URC COPAM Noroeste de Minas e a Câmara Normativa e Recursal do COPAM.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA
Superintendência Regional de Regularização Ambiental Noroeste de Minas – SUPRAM NOR

Processo: 90028/2003/001/2003
Documento: 969154/2012



Pag.: 507

Data: 06/12/2012

Equipe Interdisciplinar:	MASP/Matrícula	Assinatura
Analista Ambiental Nilson Alexandre Garcia	1180559-5	 Nilson Alexandre Garcia Analista Ambiental SUPRAM NOR- MASP 1180559-5
Técnico Superior Profissional Elzivaldo Oliveira Santos e Silva	82865-6	 Elzivaldo Oliveira Santos e Silva Auxiliar Técnico Jurídico SUPRAM NOR Mat. 82865-6 - OAB/PA 17.503
Diretor Regional de Apoio Técnico Ricardo Barreto Silva	1148399-7	
Diretor Regional de Controle Processual Rodrigo Teixeira de Oliveira	1138311-4	 Rodrigo Teixeira de Oliveira Diretor Regional de Controle Processual SUPRAM NOR Masp 11383114- OAB/MG 81832

SUPRAM NOR

Rua Jovino Rodrigues Santana, nº 10
Bairro Nova Divinéia, Unaí/MG
CEP 38.610-000 – Tel: (38) 3677-9800

DATA: 06/12/2012
Página: 5/5

